

Demonstrações financeiras

Águas da Condessa S.A.

31 de dezembro de 2025
com relatório do auditor independente

Águas da Condessa S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Águas de Condessa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and title.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Águas da Condessa S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.332	11.064
Contas a receber de clientes	7	4.935	5.054
Estoques		573	804
Despesas antecipadas		143	70
Créditos com partes relacionadas	16	23	10
Tributos a recuperar		-	1
Outros ativos		221	574
		15.227	17.577
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	807	601
Contas a receber de clientes	7	285	-
Depósitos judiciais		875	682
Tributos a recuperar		-	2
Ativo de direito de uso		-	24
Imobilizado	9	428	391
Ativo de contrato	10	43.775	30.761
Intangível	11	22.446	21.080
		68.616	53.541
Total do ativo		83.843	71.118

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		250	3.437
Empréstimos e financiamentos	12	13.260	834
Passivos de arrendamento	12	-	26
Obrigações tributárias	13	406	312
Obrigações trabalhistas		669	579
Obrigações com acionistas	16	1.511	797
Ônus da concessão		38	31
Débitos com partes relacionadas	16	156	158
Outras obrigações		392	377
		16.682	6.551
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	55.577	56.935
Tributos diferidos	14	1.724	-
Provisões para contingências	15	-	64
		57.301	56.999
Patrimônio líquido	17		
Capital social		5.010	5.010
Reservas de lucros		4.850	2.558
		9.860	7.568
Total passivo e patrimônio líquido		83.843	71.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Condessa S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	18	41.130	48.548
Custo dos serviços prestados	19	(24.667)	(34.875)
Lucro bruto		16.463	13.673
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(7.468)	(6.764)
Outras receitas operacionais		330	106
		(7.138)	(6.658)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		9.325	7.015
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	1.590	1.718
Despesas financeiras	21	(5.452)	(4.225)
		(3.862)	(2.507)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.463	4.508
Imposto de renda e contribuição social - correntes	14b	(733)	(707)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14b	(1.724)	-
Lucro líquido do exercício		3.006	3.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Condessa S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	3.006	3.801
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.006</u>	<u>3.801</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Condessa S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	5.010	-	-	-	(446)	4.564
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.801	3.801
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	168	-	-	(168)	-
Reserva de investimentos	-	-	119	-	(119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(797)	(797)
Retenção de lucros	-	-	-	2.271	(2.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.010	168	119	2.271	-	7.568
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.006	3.006
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	150	-	-	(150)	-
Reserva de investimentos	-	-	107	-	(107)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(714)	(714)
Retenção de lucros	-	-	-	2.035	(2.035)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.010	318	226	4.306	-	9.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Condessa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.463	4.508
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.068	830
Juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e amortização de custos de transação	4.828	3.838
Atualização monetária das contingências	(12)	8
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	634	261
Reversão de contingências	(52)	(20)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	1	(12)
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(800)	(181)
Estoques	231	(736)
Depósitos judiciais	(193)	(181)
Tributos a recuperar	(331)	(167)
Despesas antecipadas	(73)	(2)
Outros ativos	353	566
Aplicações financeiras vinculadas	(206)	(344)
Fornecedores	(3.187)	3.222
Obrigações tributárias	61	22
Obrigações trabalhistas	90	21
Ônus da concessão	7	1
Partes relacionadas, líquidas	(15)	41
Outras obrigações	15	26
	7.882	11.701
Imposto de renda e contribuição social pagos	(366)	(376)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.127)	(4.732)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(1)	(6)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.388	6.587
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(166)	(35)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(12.166)	(23.045)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	37
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(12.332)	(23.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	9.229	11.618
Pagamento dos arrendamentos	(17)	(28)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	9.212	11.590
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.732)	(4.866)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.064	15.930
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.332	11.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas da Condessa S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Paraíba do Sul (Concedente) e a Águas da Condessa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços deles inerentes, ocorrida em 08 de dezembro de 2020.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Paraíba do Sul sem contrapartida financeira.

Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Ônus da concessão

Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 10), pago no início da concessão.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Provisões--Continuação

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Concessionária são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:

O International Accounting Standards Board – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026.

Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber*

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	9.253	9.253	11.024	11.024
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	807	807	601	601
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.220	5.220	5.054	5.054
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	23	23	10	10
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	250	250	3.437	3.437
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	68.837	69.392	57.769	57.769
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	-	-	26	26
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	38	38	31	31
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	156	156	158	158

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	9.253	10.422	10.129	10.714
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	807	909	883	934
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(26.030)	(29.318)	(28.495)	(30.140)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(43.291)	(45.027)	(44.594)	(45.460)
Passivo líquido		(59.261)	(63.014)	(62.077)	(63.952)
Efeito líquido			(3.753)	(2.816)	(4.691)
CDI (a.a.)			12,63%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	250	250	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.321	13.284	14.900	41.137
Ônus da concessão	38	38	-	-
Débitos com partes relacionadas	156	156	-	-
	69.765	13.728	14.900	41.137

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez--Continuação

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.437	3.437	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.279	858	12.619	44.802
Passivo de arrendamento	26	26	-	-
Ônus da concessão	31	31	-	-
Débitos com partes relacionadas	158	158	-	-
	<u>61.931</u>	<u>4.510</u>	<u>12.619</u>	<u>44.802</u>

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital--Continuação

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	68.837	57.769
Passivo de arrendamento (Nota 12)	-	26
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(9.332)	(11.064)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	(807)	(601)
Dívida líquida (a)	<u>58.698</u>	<u>46.130</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>9.860</u>	<u>7.568</u>
Total do capital (a+b)	<u>68.558</u>	<u>53.698</u>
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	<u>85,62%</u>	<u>85,91%</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	79	40
Aplicações financeiras	9.253	11.024
	<u>9.332</u>	<u>11.064</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 100,88% do CDI (101,30% em 2024).

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes (a)	6.902	6.255
Cientes - parcelamento (b)	1.058	904
Pontos arrecadadores (c)	125	126
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(2.865)	(2.231)
	5.220	5.054
Ativo circulante	4.935	5.054
Ativo não circulante	285	-

- (a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (ajuste por Competência).
(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer		
Faturado	2.734	2.409
Não faturado	1.701	1.447
Vencidas		
Até 30 dias	627	723
De 31 a 60 dias	140	270
De 61 a 90 dias	82	121
De 91 a 180 dias	184	245
Mais de 180 dias	2.617	2.070
	8.085	7.285

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(2.231)	(1.970)
(+) Adições	(634)	(261)
Saldo final	2.865	(2.231)

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 807 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 601 em 2024) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Condessa S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças” em dezembro de 2022.

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	20%	6	(2)	4	4
Equipamentos de informática	20%	424	(276)	148	135
Veículos	20%	102	(75)	27	47
Móveis e utensílios	10%	360	(111)	249	205
		892	(464)	428	391

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	4	-	-	-	-	4
Equipamentos de informática	135	92	(78)	(1)	-	148
Veículos	47	-	(20)	-	-	27
Móveis e utensílios	205	74	(33)	-	3	249
	391	166	(131)	(1)	3	428

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	3	1	-	-	-	4
Equipamentos de informática	183	21	(65)	(13)	9	135
Veículos	68	-	(21)	-	-	47
Móveis e utensílios	219	13	(27)	-	-	205
	473	35	(113)	(13)	9	391

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	30.761	15.150	(2.133)	(3)	43.775
	30.761	15.150	(2.133)	(3)	43.775

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	12.658	25.089	(6.977)	(9)	30.761
	12.658	25.089	(6.977)	(9)	30.761

As transferências ocorridas no exercício de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 3.139 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.080 em 2024).

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	28	(25)	3	9
Outorga	2,87%	10.000	(1.435)	8.565	8.852
Concessão/Infraestrutura		15.171	(1.293)	13.878	12.219
		25.199	(2.753)	22.446	21.080

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	971	(57)	914	651
Adutoras	246	(15)	231	241
ETA - Estação de Tratamento de Água	922	(47)	875	912
Reservatório	325	(18)	307	320
Booster	475	(37)	438	457
Substituição/expansão de rede de água	7.735	(595)	7.140	7.195
Ligação de água	1.798	(123)	1.675	1.234
Substituição/expansão de rede de esgoto	100	(1)	99	-
Benfeitorias e imóveis de terceiros	1.213	(14)	1.199	233
Máquinas e equipamentos	1.386	(386)	1.000	976
	15.171	(1.293)	13.878	12.219

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	9	-	(6)	-	3
Outorga	8.852	-	(287)	-	8.565
Concessão/Infraestrutura	12.219	155	(629)	2.133	13.878
	21.080	155	(922)	2.133	22.446

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	15	-	(6)	-	-	9
Outorga	9.139	-	(287)	-	-	8.852
Concessão/Infraestrutura	5.618	36	(395)	(17)	6.977	12.219
	14.772	36	(688)	(17)	6.977	21.080

As transferências ocorridas no exercício de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
FINEM (a)	IPCA	7,21% e 7,63% a.a.	43.291	32.436
Capital de giro (b)	CDI	1,25% e 1,30% a.a.	26.030	25.842
(-) Custos de transação			(484)	(509)
Total de empréstimos e financiamentos			68.837	57.769
Circulante			13.260	834
Não circulante			55.577	56.935
Arrendamentos				
Arrendamento direto de uso			-	26
Circulante			-	26
Não circulante			-	-
Endividamento total - Circulante			13.260	860
Endividamento total - Não Circulante			55.577	56.935

- (a) A linha de crédito FINEM foi obtida em 2022 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com R\$ 53.383 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 48 (quarenta e oito) meses, para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2052.

Esta operação tem como objetivo a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, modernização e expansão do Sistemas de Abastecimento de Água, melhorias operacionais visando redução de perdas e outros investimentos no Município de Paraíba do Sul e possui como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor.

- (b) A linha de crédito de Capital de giro foi obtida em fevereiro e junho 2024, com R\$ 12.000 e R\$ 13.249 de valor contratado, respectivamente. Estas operações possuem como garantia o aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Os respectivos contratos possuem vencimento final para fevereiro de 2026 e junho de 2027.

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	57.769	44.971
Captações	9.229	11.618
Juros e encargos financeiros	7.941	5.887
Amortização dos custos de transação	25	25
Amortização de juros	(6.127)	(4.732)
Saldo final	<u>68.837</u>	<u>57.769</u>
Passivos de arrendamento	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	26	-
Adições	1	54
Remensurações	(10)	-
Juros e encargos financeiros	1	6
Amortização de principal	(17)	(28)
Amortização de juros	(1)	(6)
Saldo final	<u>-</u>	<u>26</u>

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	12.103	(25)	12.078
2027	14.900	(25)	14.875	14.486	(25)	14.461
2028	1.651	(25)	1.626	1.237	(25)	(1.212)
Após 2028	39.486	(410)	39.076	29.594	(410)	29.184
	<u>56.037</u>	<u>(460)</u>	<u>55.577</u>	<u>57.420</u>	<u>(485)</u>	<u>56.935</u>

13. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS/CSLL retidos	12	12
ISS	47	44
IRRF	30	15
PIS	37	29
COFINS	175	139
IRPJ	67	47
CSLL	38	26
	<u>406</u>	<u>312</u>

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	-	106	106
Provisão participação nos lucros	-	49	49
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	-	18	18
Gastos pré-operacionais	-	(2)	(2)
Outros	-	1	1
Ativo fiscal diferido	-	172	172
Juros capitalizados	-	(1.896)	(1.896)
Passivo fiscal diferido	-	(1.896)	(1.896)
Diferido líquido	-	(1.724)	(1.724)

b) Conciliação da taxa efetiva

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.463	4.508
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(1.857)	(1.533)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(7)	(1)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(631)	788
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	1	2
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	13	13
Total do imposto de renda e da contribuição social	(2.457)	(707)
Alíquota efetiva	45%	15,7%

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	-	64
	<u>-</u>	<u>64</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	7.000	3.163
Trabalhistas	699	59
	<u>7.699</u>	<u>3.222</u>

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 1.501 (R\$1.127 em 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 140 (R\$ 65 em 2024); (iii) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 4.036 (R\$ 549 em 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 799 (R\$ 753 em 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 296 (R\$ 285 em 2024), (vi) cobrança, totalizando R\$ 227 (R\$ 384 em 2024) e (vii) outros processos, totalizando R\$ 1.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>23</u>	<u>10</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.511	797
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>156</u>	<u>158</u>
	<u>1.667</u>	<u>955</u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(61)	(61)
Despesas		
Contrato de gestão (<i>Management Fee</i>) (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(1.315)</u>	<u>(1.190)</u>
Total resultado com partes relacionadas	<u>(1.376)</u>	<u>(1.251)</u>

- (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R\$ 5.010 em 31 de dezembro de 2025 e 2024) está representado por 5.010.000 (cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21 do Estatuto Social.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	3.006	3.801
Prejuízo acumulado	-	(446)
Constituição da reserva legal - 5%	(150)	(168)
Base de cálculo dos dividendos	2.856	3.187
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	714	797

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de prestação de serviços	30.832	26.235
Receita de construção	15.187	26.105
Cancelamentos	(401)	(310)
	<u>45.618</u>	<u>52.030</u>
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre serviços	(2.646)	(2.289)
Descontos concedidos	(1.842)	(1.193)
Receita líquida	<u>41.130</u>	<u>48.548</u>

19. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(4)	(187)
Ônus da concessão	(404)	(356)
Energia elétrica	(1.819)	(1.854)
Custo de construção	(15.187)	(26.105)
Materiais aplicados nos serviços	(1.086)	(1.194)
Salários e benefícios a empregados	(3.052)	(2.654)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(687)	(484)
Serviços de terceiros	(1.522)	(1.372)
Depreciações e amortizações	(866)	(651)
Outros custos	(40)	(18)
	<u>(24.667)</u>	<u>(34.875)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e benefícios a empregados	(2.831)	(2.672)
Utilização de imóveis e telefonia	(63)	(213)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(165)	(183)
Serviços de terceiros	(2.693)	(2.569)
Despesas com contencioso	(144)	(80)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(32)	(15)
Depreciações e amortizações	(142)	(138)
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	(634)	(261)
Reversão de contingências	52	20
Outras despesas	(816)	(653)
	<u>(7.468)</u>	<u>(6.764)</u>

Águas da Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	1.188	1.315
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(78)	(84)
Juros e multas vinculadas à operação	478	480
Variação monetária sobre outros ativos	2	7
	1.590	1.718
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.802)	(3.807)
Juros de arrendamentos	(1)	(6)
Atualização monetária das contingências	12	(8)
Tributos sobre operações financeiras	(316)	(222)
Descontos concedidos	(244)	(88)
Outras despesas financeiras	(101)	(94)
	(5.452)	(4.225)
Resultado financeiro	(3.862)	(2.507)

22. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Descrição do seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	08/12/2025 a 08/12/2026	779
Veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	100

23. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Adição direito de uso	9	54
Juros capitalizados	3.139	2.080
Destinação de dividendos obrigatórios	714	797